



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº27/2022

Período: 30/07/2022 - 05/08/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Jair Bolsonaro afirmou que Forças Armadas participarão dos desfiles de 7 de setembro em Brasília e no Rio de Janeiro
- 2- Com nova Carta aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito, jornais traçaram paralelos com regime militar
- 3- Jornais analisaram a relação entre o Tribunal Superior Eleitoral e as Forças Armadas
- 4- Coluna retratou momentos do regime militar no Brasil
- 5- Comando de Defesa Cibernética do Exército adquire ferramenta para acessar celulares
- 6- Ministério da Defesa ignorou pedido de ajuda para remoção de invasores de terra indígena

1- Jair Bolsonaro afirmou que Forças Armadas participarão dos desfiles de 7 de setembro em Brasília e no Rio de Janeiro

De acordo com reportagens dos jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro afirmou, em evento no dia 30/07/22, que as Forças Armadas participarão dos desfiles do dia 7 de setembro, que acontecerão em Brasília, conforme a tradição, e também no Rio de Janeiro. Bolsonaro disse ainda que as Forças irão participar “ao lado de seus apoiadores dos atos governistas” durante as comemorações dos 200 anos de independência do país. *A Folha de S. Paulo* apontou que o ato tem caráter “político e eleitoral”, pois ocorrerá praticamente um mês antes do pleito de 2022. (*Correio Braziliense* - Política - 31/07/22; *Folha de S. Paulo* – 05/08/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 31/07/22)

2- Com nova Carta aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito, jornais traçaram paralelos com regime militar

No contexto de divulgação da Carta aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* traçaram paralelos entre o atual momento e a ditadura militar (1964-1985). *O Estado* publicou que a primeira Carta aos Brasileiros lançada na mesma Faculdade foi desqualificada pelo governo da ditadura em 1977, de acordo com documentos dos órgãos de repressão política mantidos no Arquivo Nacional. A carta dirigida ao governo do

general Ernesto Geisel (1974-1979) solicitava o fim do regime e a redemocratização. Ainda segundo o periódico, o presidente Jair Bolsonaro se manifestou contra a nova Carta dizendo “Não precisamos de nenhuma cartinha”. Em entrevista à *Folha*, a advogada Maria Eugênia Silva Telles, testemunha privilegiada da primeira Carta aos Brasileiros, afirmou a necessidade de defender o que conquistamos com o fim da ditadura. Para Maria Telles, estamos vivendo em um ambiente de ameaças de que nossas liberdades possam ser revogadas a qualquer momento. Ela também declarou que não esperava que a segunda carta aos brasileiros tivesse tanta adesão, além de comentar sobre a repercussão da mídia, a adesão da população e as expectativas para a leitura da nova carta, agendada para 11/08/2022. (*Folha de S. Paulo - Política - 01/08/22*; *O Estado de S. Paulo – Política – 01/08/22*)

3- Jornais analisaram a relação entre o Tribunal Superior Eleitoral e as Forças Armadas

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro Alexandre de Moraes, que assumirá a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 16/08/2022, terá a incumbência de melhorar a relação da Corte com as Forças Armadas, assim como trabalhar com vistas a evitar atritos que possam interferir no processo eleitoral. De acordo com o periódico, Moraes possui uma aproximação dos militares e um sólido relacionamento com generais das Forças Armadas. O periódico exemplificou diversos momentos da carreira do ministro em que ele esteve próximo de militares. Além do mais, segundo a reportagem, funcionários do Ministério da Defesa apontaram a expectativa de que, ao assumir a presidência do TSE, Moraes autorize uma reunião de técnicos do TSE com representantes das Forças. Ainda de acordo com a *Folha*, no dia 03/08/2022 o Ministério da Defesa mandou nove militares ao TSE, para que se iniciasse a inspeção do código-fonte das urnas eletrônicas, com previsão de encerramento em 12/08. Os militares acompanharam a apresentação de técnicos do TSE sobre o sistema eleitoral, e reservadamente presenciaram a análise do código-fonte em uma sala montada no subsolo do tribunal. A União Interamericana de Organismos Eleitorais (UNIORE), responsável pela observação internacional no Brasil neste ano, deseja se reunir com o Ministério da Defesa. Lorenzo Vianello, membro da União e conselheiro-presidente do Instituto Nacional Eleitoral do México, declarou que a presença das Forças Armadas é normal em eleições na América Latina, mas em atividades voltadas para a segurança e logística. Vianello ainda declarou que a UNIORE quer ouvir as sugestões dos militares e “formar um juízo próprio”. De acordo com o TSE, quatro entidades já fizeram a inspeção do código-fonte, sendo: a Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério Público Federal (MPF), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Senado Federal. A Política Federal deve realizar a análise dos dados entre 22/08 e 26/08/2022. Além disso, o Partido Liberal (PL), ao qual o presidente é filiado, e o Partido Verde (PV) se inscreveram, mas ainda não fizeram a análise, segundo o TSE. Em nota, a Defesa declarou que a inspeção acontece em data agendada e que o carimbo de “urgentíssimo” foi utilizado no documento encaminhado ao TSE por conta do pouco tempo disponível até as eleições. O tribunal relatou que o “período de inspeção do código está aberto desde outubro de 2021”, e que avisou em outubro do ano passado às Forças Armadas que estas informações estavam à disposição para inspeção, expôs a

Folha de S. Paulo. Desde então, um silêncio de 25 anos a respeito das urnas eletrônicas foi encerrado pelos militares, que apresentaram mais de 80 questionamentos ao tribunal, além de inúmeras propostas de mudanças para as eleições. A tensão entre o TSE e as Forças Armadas tem se intensificado. Em maio, o presidente do TSE, Edson Fachin, declarou que o pleito é tema de "forças desarmadas". Por outro lado, ainda numa escalada das tensões, o *Correio Braziliense* relatou que Bolsonaro afirmou estar "buscando impor, via Forças Armadas, eleições transparentes". Segundo o periódico, o presidente fez essa afirmação durante uma reunião com pastores da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), em 04/08/2022, e um áudio com o trecho circulou pelas redes sociais. Já em coluna à *Folha de S. Paulo*, o jornalista Reinaldo Azevedo afirmou ter pouca esperança que os militares enviados pelo Ministério da Defesa para inspeção do código-fonte das urnas eletrônicas anunciem que "nada consta contra as urnas", hipótese essa, frisou, em que Bolsonaro ficaria isolado no questionamento à lisura do processo eleitoral. Pelo contrário, afirmou o colunista, o Ministério da Defesa e o ministro Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira se converteram em "vozes do governo a espalhar obscurantismo sobre o sistema eleitoral", dedicando-se não à inspeção, mas ao proselitismo político, que é vetado por lei. (*Correio Braziliense* - Política - 05/08/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 01/08/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 04/08/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 05/08/22)

4- Coluna retratou momentos do regime militar no Brasil

Em coluna opinativa no periódico *Correio Braziliense*, o jornalista André Gustavo Stumpf discorreu sobre sua experiência na cobertura da solenidade de posse do presidente da República, eleito por via indireta, general Artur da Costa e Silva (1967-1969). O jornalista retratou o general como o porta-voz dos militares da linha dura, de inclinação ao fechamento do regime, e relatou que, apesar de seus discursos iniciais sobre restaurar o regime democrático, terminou por instaurar o ato institucional mais duro de todos: o AI-5. Nesse sentido, Stumpf afirmou que a disputa entre facções do Exército esteve presente em toda a história do Brasil moderno e que, ao longo dos 21 anos que os militares estiveram no poder, o saldo de exilados chegou aos 10 mil, cerca de 300 mortos e desaparecidos, 7.387 acusações por subversão e 4.682 cassados. Ademais, o jornalista enfatiza que o Exército encontrou na candidatura de Jair Bolsonaro, ex-capitão expulso do Exército por criticar os baixos salários, um caminho. (*Correio Braziliense* - Política - 02/08/22)

5- Comando de Defesa Cibernética do Exército adquire ferramenta para acessar celulares

De acordo com a reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o Comando de Defesa Cibernética do Exército fez uma inédita aquisição, comprando um equipamento capaz de extrair dados de telefones celulares. A ferramenta é capaz de extrair dados de sistemas de nuvem dos dispositivos e registros públicos salvos em redes sociais como Twitter, Instagram e Facebook. A contratação ocorreu nos últimos dias de 2021, época em que o comandante do Exército era Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, atual ministro da Defesa. Segundo o jornal, os documentos de contratação elaborados para a unidade do

Exército não discriminam quais aparelhos celulares seriam acessados, e nem qual é o fundamento jurídico para esse tipo de acesso a dados privados. A *Folha* ressaltou que o general Heber Garcia Portella, à frente do Comando de Defesa Cibernética, questionou a lisura das urnas eletrônicas, embasando o discurso golpista do atual presidente da República Jair Bolsonaro (PL) frente ao sistema eleitoral do Brasil. Um dos documentos formulados para a contratação da ferramenta buscou apresentar como justificativa para a aquisição o histórico de demandas apresentadas ao Comando de Defesa Cibernética. Sem detalhar as atividades que ocorrem no centro, o documento apenas declarou que a aquisição da ferramenta seria “suficiente para viabilizar o trabalho” que é realizado naquele comando. O pedido oficial para realizar a aquisição do equipamento partiu do coronel Alexander Vicente Ferreira, chefe de gabinete do Comando de Defesa Cibernética. De acordo com os documentos de contratação, a escolha do Exército foi a solução Cellebrite UFED, e a empresa TechBiz Forense Digital, única provedora da ferramenta no Brasil, foi contratada em 28/12/2021. O valor da contratação é de R\$528 mil, com validade da data do contrato até 27/12/2024. A *Folha* questionou se a empresa fornece equipamentos a alguma organização pública que se assemelhe à atuação do Centro de Defesa Cibernética do Exército, e a TechBiz respondeu que não há órgão que se assemelhe à natureza do Centro, devido a especificidade de sua atuação. A ferramenta que foi adquirida para o Comando de Defesa Cibernética é capaz de atender as etapas de proteção, extração, armazenamento e indexação de dados. O equipamento deve alcançar 41 funções no processo de extração de dados de celulares, sendo: acessar dados mesmo em aparelhos que estejam bloqueados, recuperar imagens e localizações apagadas, permitir foco em pessoas com reconhecimento facial automático, analisar mensagens de e-mail não lidas, entre diversas outras funções. (Folha de S. Paulo - Política - 04/08/22)

6- Ministério da Defesa ignorou pedido de ajuda para remoção de invasores de terra indígena

Conforme o periódico *Folha de S. Paulo*, a Polícia Federal (PF) solicitou auxílio das Forças Armadas na logística e na montagem de alojamentos provisórios para agentes da PF e da Força Nacional de Segurança, numa complexa ação de retirada de invasores e gado da terra indígena Trincheira/Bacajá, na região de São Félix do Xingu, Pará, no fim de julho. O Ministério da Defesa, porém, disse em nota ter informado à PF sobre “possibilidade de apoio em data posterior”, devido à falta de recursos financeiros e a necessidade de medidas adequadas de preparação. No mesmo período, ainda segundo a nota, as Forças Armadas auxiliam a Secretaria de Operações Integradas, do Ministério da Justiça, em ações na terra indígena yanomami, em Roraima, e em apoio à operação Guardiões do Bioma, em Humaitá, Amazonas. O periódico relatou que a ausência das Forças Armadas em operações semelhantes contra atividades ilegais passou a ser constante e que investigadores ligados a inquéritos sobre garimpo em terras indígenas afirmaram que não têm obtido o fornecimento de aeronaves para as ações. Mesmo sem o apoio da Defesa, pontuou o periódico, a operação na terra indígena Trincheira/Bacajá, onde vivem indígenas das etnias kayapó e xikrin, é conduzida pela PF desde o dia 24/07/2022. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 05/08/22)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Ismara Izepe de Souza

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasio Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima